



# REGULAMENTO INTERNO

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACEDO DO PESO, a qual se regerá pelos Estatutos constantes do documento de escritura pública efectuada no Cartório Notarial de Mogadouro, no dia 12 de Fevereiro de 1981, e, de acordo com os mesmos, passará a reger-se também pelo presente Regulamento Interno, **aprovado em Assembleia-geral no dia 2 de Abril de 2010.**

## CAPÍTULO PRIMEIRO: PRINCÍPIOS GERAIS

### ARTIGO 1º

A Associação denomina-se “ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACEDO DO PESO”, e o nome poderá ser abreviado como ACR Macedo do Peso.

### ARTIGO 2º

1. A presente Associação tem personalidade jurídica.
2. A Associação é constituída por tempo indeterminado e tem a sua sede no lugar de Macedo do Peso, Freguesia de São Martinho do Peso, Concelho de Mogadouro.

### ARTIGO 3º

1. A Associação tem como objecto a difusão da cultura a todos os níveis e especialmente nos domínios enunciados nos Estatutos: a) alfabetização; b) teatro; c) desporto; d) qualquer forma de expressão cultural.  
Exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.
2. Para atingir o seu objectivo, a Associação deverá:
  - a) Promover as actividades de índole cultural, que os sócios julguem apropriadas,
  - b) Constituir-se sempre que oportuno como Entidade promotora e gestora de eventos culturais, publicações e de formação, organizados para dar a conhecer o lugar, melhorar o seu desenvolvimento e a qualidade de vida dos seus habitantes,
  - c) Colaborar com Associações congéneres, em ordem à consecução dos fins comuns.

## CAPÍTULO SEGUNDO: SÓCIOS

### ARTIGO 4º

1. Serão Membros Activos os Sócios Fundadores, os Sócios Titulares e os Sócios Infantís.
2. São sócios Fundadores todas as pessoas inscritas como tal antes de 1 de Janeiro de 2010 e sócios Titulares, os restantes que cumpriram os 16 anos.
3. São sócios Infantís os descendentes dos sócios fundadores ou titulares, menores de 16 an. Poderão beneficiar das mesmas regalias, excepto o direito a voto, assim o solicitem à Assembleia-geral e paguem a correspondente jóia, com isenção de quota.
4. São sócios, além daqueles que decidiram constituir esta associação todas as pessoas cujo pedido for aceite pela Direcção ou pela Assembleia-geral
5. Só adquire a qualidade de sócio depois de aceite pela Assembleia-geral, pagar a jóia e quota correspondente.
6. Os associados contribuem para os fins da associação através do trabalho directo e de quotas mensais cujo montante será estipulado anualmente pela Assembleia-geral;

**Parágrafo único:** A condição de Membro Activo cessa automaticamente ao fim de cinco (5) anos sem participação justificada nas actividades da associação ou não pagamento das quotas nesse período, ou logo que o membro peça a demissão por escrito ao Presidente da Assembleia-geral.

**ARTIGO 5º** (Sócios Patrocinadores e sua admissão)

1. Poderão constituir-se como Sócios Patrocinadores pessoas ou entidades que, sendo ou não de Macedo do Peso, prestem a sua colaboração à associação mediante uma contribuição económica igual ou superior a 250 euros por ano.
2. Os Sócios Patrocinadores ficam isentos do pagamento de outras quotas.

**ARTIGO 6º** (Membros Honorários)

Poderá ser atribuída a qualificação de Membro Honorário a qualquer pessoa (individual ou colectiva), pelo seu contributo relevante para a prossecução dos objectivos desta associação, por decisão da Assembleia-geral, por maioria simples, a proposta da Direcção. Os membros Honorários podem sê-lo a título póstumo.

**ARTIGO 7º** (Direitos e deveres dos sócios)

1. São deveres dos Membros Activos:
  - a) Observar e respeitar os Estatutos e Regulamento Interno,
  - b) Observar e respeitar as deliberações da Direcção, desde que as mesmas não suscitem parecer desfavorável da Assembleia-geral,
  - c) Tomar parte na Assembleia-geral,
  - d) Aceitar e exercer cargos de Direcção para os que tenham sido eleitos, salvo justificado motivo de escusa.
2. São direitos dos Sócios Fundadores, Titulares:
  - a) Participar nas actividades da associação
  - b) Participar, com direito a opinião e voto, nas assembleias-gerais,
  - c) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais,
  - d) Requerer convocação de Assembleia-geral, nos termos da legislação vigente,
  - e) Requerer à Direcção informações sobre as contas, actas e relatórios,
  - f) Requerer a demissão como membro da associação, ou a cessação de responsabilidades directivas.
3. São direitos dos Sócios Infantís
  - a) Participar nas actividades da associação,
  - b) Assistir e expressar opinião, sem direito a voto, na Assembleia-geral.
5. São direitos dos Sócios Patrocinadores e Honorários:
  - a) Participar nas actividades da associação,
  - b) Participar, com direito a opinião e voto, nas assembleias-gerais.

**ARTIGO 8º** (Penalização dos membros)

A penalização de membros da Associação é da competência da Assembleia-geral e revestirá as formas que forem pontualmente decididas.

## **CAPÍTULO TERCEIRO: ORGÃOS**

**ARTIGO 9º** (Órgãos)

São órgãos da Associação a Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

**ARTIGO 10º** (Assembleia-geral)

1. A Assembleia-geral é composta por todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos e que tenham actualizado as quotas anuais.

2. A Assembleia-geral é o órgão soberano, sendo as suas decisões vinculativas para a Direcção.
3. A Assembleia-geral reúne em Sessão Ordinária pelo menos uma vez por ano e em Sessão Extraordinária, por convocação:
  - a) Do Presidente da Mesa da Assembleia-geral,
  - b) Da Direcção ou,
  - c) Da quinta parte (20%) dos Membros Activos, exceptuando os Sócios Infantís.
  - d) Se os Órgãos Directivos não convocar a assembleia nos casos em que devem fazê-lo, a qualquer associado é lícito efectuar a convocação.
4. A Assembleia-geral será presidida por uma Mesa, composta por três sócios, sendo um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário.
5. Assembleia-geral será convocada:
  - a) A convocatória deverá ser colocada no local social da associação e enviada por e-mail aos sócios que assim o solicitem.
  - b) São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento,
  - c) A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da assembleia,
6. É da competência da Assembleia-geral:
  - a) Alterar e reformar os Estatutos,
  - b) Aprovar e alterar o seu Regulamento Interno,
  - c) Aprovar as linhas de actuação da associação,
  - d) Aprovar relatório e contas de gerência,
  - e) Propor a criação de Comissões, para desenvolver actividades de acordo com os objectivos da associação. Serão nomeadas pelo Presidente,
  - f) Eleger os membros dos Órgãos da Associação previstos no Regulamento Interno,
  - g) Exercer o poder disciplinar.
7. As Comissões serão formadas por um máximo de 5 pessoas, terão um coordenador, e quaisquer projecto de actividades, e despesas associadas, deverão ser aceites pela Direcção e aprovadas na Assembleia-geral.

#### **ARTIGO 11º (Direcção)**

A Direcção é o Órgão Executivo da Associação, constituído por três elementos, um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário.

1. Compete à Direcção:
  - a) Propor e executar o plano de actividades segundo orçamento,
  - b) Apresentar relatório e contas de gerência,
  - c) Aprovar o seu regimento,
  - d) Representar a associação em todas as suas actividades,
  - e) Exercer outras competências que a Assembleia-geral nela delegar.
2. O Presidente representa a Associação nos Actos Officiais e em Actividades de Intercâmbio, podendo delegar noutro membro da Direcção.

#### **ARTIGO 12º (Conselho Fiscal)**

1. O Conselho Fiscal é composto por três elementos, um Presidente, um Secretário e um Vogal.
2. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Elaborar o parecer anual sobre o relatório e contas apresentados pela Direcção;
- b) Fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção, solicitando a esta todas as informações necessárias para o efeito.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Para defender o carácter apolítico e a pluralidade religiosa da Associação, o Presidente da Direcção, da Assembleia-geral e do Conselho-Fiscal não poderão exercer cargos políticos, ou religiosos, simultaneamente com os desta associação.

## **CAPÍTULO QUARTO: BENS**

### **ARTIGO 13º (Receitas)**

Constituem receitas de Associação:

- a) Joia e quotizações dos sócios,
- b) Donativos e subsídios de entidades públicas ou privadas,
- c) Produto da venda de publicações próprias,
- d) Outras receitas, resultantes de actividade promovidas pela Associação ou resultantes de actividades em que a Associação esteja envolvida.

## **CAPÍTULO QUINTO: DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **ARTIGO 14º (Duração do mandato)**

1. A duração do mandato para os Órgãos Gestores da Associação é de 1 ano renovável directamente pela Assembleia-geral, por maioria simples, até um máximo de 3 anos. Passado este tempo é necessário realizar novamente eleições.
2. O membro que deseje ser substituído deverá solicita-lo por escrito, com 15 dias de antecedencia, ao Presidente da Assembleia-geral ou ao Presidente da Associação e a Assembleia-geral deverá aprovar por maioria simples a nova incorporação.

### **ARTIGO 15º (Requisitos das deliberações)**

1. A Assembleia-geral funcionará com qualquer número de sócios 30 minutos após a hora da convocatória.
2. As deliberações dos órgãos são tomadas por maioria simples dos votos, estando presentes o número legal dos seus membros, excepto para as alterações estatutárias, em que é exigida maioria qualificada de tres quartos (3/4) dos membros presentes, havendo quorum.
3. Sempre que se realizem eleições, a votação será feita por listas apresentadas ao Presidente da Assembleia-geral, ou seu representante, até 48 h. antes da data de eleição, e por escrutínio secreto.

### **ARTIGO 16º (Direito subsidiário)**

Quaisquer omissões ao presente estatuto da ACR Macedo do Peso vigorará o Código do Procedimento Administrativo (Lei 442/91 de 15 de Novembro e Decreto Lei 6/96 de 31 de Janeiro), a Lei Geral de Associações (Lei 40/2007 de 24 de Agosto e Decreto Lei 247-B/2008 de 30 de Dezembro) e o Código Civil (art. 157 e seguintes).